

HABEAS CORPUS Nº 514.886 - MG (2019/0166429-6)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : VINICIUS BORGES MESCHICK DA SILVA
ADVOGADO : VINICIUS BORGES MESCHICK DA SILVA - MG184079
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : CLAYTER NICK DE CARVALHO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de CLAYTER NICK DE CARVALHO – denunciado pela suposta prática do delito previsto no artigo 157, § 2º, incisos I, II e V, do Código Penal – contra decisão liminar do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.059205-5/000).

Consta dos autos que o paciente teve sua prisão temporária decretada (e-STJ fls. 42/45) e posteriormente convertida em preventiva, porque, supostamente, juntamente com outros indivíduos, teria participado de um grave crime de roubo, com uso de arma de fogo (e-STJ fls. 69/73).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando que o paciente vem sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa. O Tribunal, contudo, indeferiu a liminar (e-STJ fl. 12).

Na presente oportunidade, a defesa reafirma a tese de excesso de prazo na formação da culpa, ressaltando que a instrução foi encerrada em 30 de outubro de 2018, alegando, assim, “até o momento não houve a prolação da decisão, circunstância que configura flagrante constrangimento ilegal, impondo a imediata soltura dos pacientes para que aguardem o seu julgamento em liberdade” (e-STJ fl. 9).

Assim, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, tudo com superação do enunciado n. 691 do STF.

É o relatório, **decido**.

Com efeito, não se admite *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar proferida em impetração originária, por configurar indevida supressão de instância, consoante dispõe o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Em situações excepcionais, entretanto, *como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular* (HC n. 318.415/SP, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

É certo que eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional.

No caso, todavia, não há elementos comprobatórios que atestem, de plano, que o retardo é injustificado ou que decorra apenas de uma atuação desidiosa do Poder Judiciário. No ponto, cumpre notar que a instrução criminal foi encerrada no dia 30 de outubro de 2018, estando os autos conclusos para julgamento.

Assim, não se verifica manifesta ilegalidade na decisão que justifique uma avaliação antecipada pelo Superior Tribunal de Justiça, com a superação do mencionado enunciado sumular da Suprema Corte. Entendo que as questões em exame necessitam de averiguação mais profunda pelo Tribunal de origem, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *mandamus* no momento adequado.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o pedido.

Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

